

EDITORA
UnB

MATERNIDADE, PARENTALIDADE, FAMÍLIA E TEMAS TRANSVERSAIS

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo

(Organizadoras)



EXTENSÃO INSURGENTE

Universidade de Brasília

Reitora Rozana Reigota Naves
Vice-Reitor Márcio Muniz de Farias

EDITORA
UnB

Conselho editorial
Germana Henriques Pereira (Presidente)
Ana Flávia Magalhães Pinto
Andrey Rosenthal Schlee
César Lignelli
Fernando César Lima Leite
Gabriela Neves Delgado
Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
Liliane de Almeida Maia
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Roberto Brandão Cavalcanti
Sely Maria de Souza Costa

EDITORA
UnB

Maternidade, parentalidade, família e temas transversais

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo

(Organizadoras)

EXTENSÃO INSURGENTE

Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais

Coordenação geral	Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultor de produção editorial	Percio Sávio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão	Talita Guimarães Sales Ribeiro
Coordenação de design	Cláudia Barbosa Dias
Revisão	Vanessa Correia dos Santos
Diagramação	Uilca-Terra R. M.M. Martins
Foto de capa	Mizuno K. e Tima Miroshnichenko, via Pexels.com

© 2024 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

M425 Maternidade, parentalidade, família e temas transversais [recurso eletrônico] / (Organizadoras) Hayeska Costa Barroso … [et al.]. — Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2025.
194 p. - (Extensão Insurgente).

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-250-7.

1. Maternidade. 2. Parentalidade. 3. Família. I. Barroso, Hayeska Costa (org.). II. Série.

CDU 378.4:392.3

Heloiza dos Santos – CRB 1/1913

Sumário

Introdução 9

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo

Capítulo 1

Maternidade contra o Estado? A Lei da Alienação Parental e a construção de regimes de verdade contra as mulheres 15

Raquel Vieira de Castro Braga

Capítulo 2

Coletivos de Mães nas universidades e seus impactos na implementação de políticas para permanência materna no ensino superior 31

Ana Paula de Jesus Nunes
Lisandra Oliveira e Silva
Renata Figueiredo Silva
Tatiane dos Santos Duarte
Vanessa Suany da Silva

Capítulo 3

Como a pandemia de Covid-19 afetou a vida de mulheres discentes: um estudo realizado na Universidade de Brasília 49

Larissa Lorranny Magalhães Lima
Hayeska Costa Barroso

Capítulo 4

Cuidados e novas problematizações: os atravessamentos da pandemia de Covid-19 e os impactos nas políticas públicas no Brasil e na Argentina 63

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araujo
Rosamaria Giatti Carneiro

Capítulo 5

Maternidade e universidade: relato de experiência de uma graduanda **81**

Maria Paula Bastos Dias

Capítulo 6

Maternidade política e feminismo matricêntrico: uma análise de leis e políticas públicas dos governos Lula (2002-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) **89**

Nayara Augusto Felizardo

Capítulo 7

Monoparentalidade chefiada por mulheres negras no Distrito Federal **107**

Danielle de Castro Silva Lobato

Capítulo 8

O Coletivo de mães da UnB: a resistência pelo conhecimento e pela inclusão **123**

Caroline da Costa Freire Ribeiro
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo
Tcherry Félix da Silva
Tatiane dos Santos Duarte

Capítulo 9

Poéticas do espaço doméstico: feminismos maternos arrombando as portas das casas nas artes visuais **139**

Marta Mencarini Guimarães
Clarissa Monteiro Borges

Capítulo 10

Políticas públicas de permanência nas universidades e o desenvolvimento acadêmico de mulheres-mães 155

Ana Paula Dahlke
Tatiane dos Santos Duarte
Luana Karoline Gonsaga
Natacha Barbosa do Nascimento

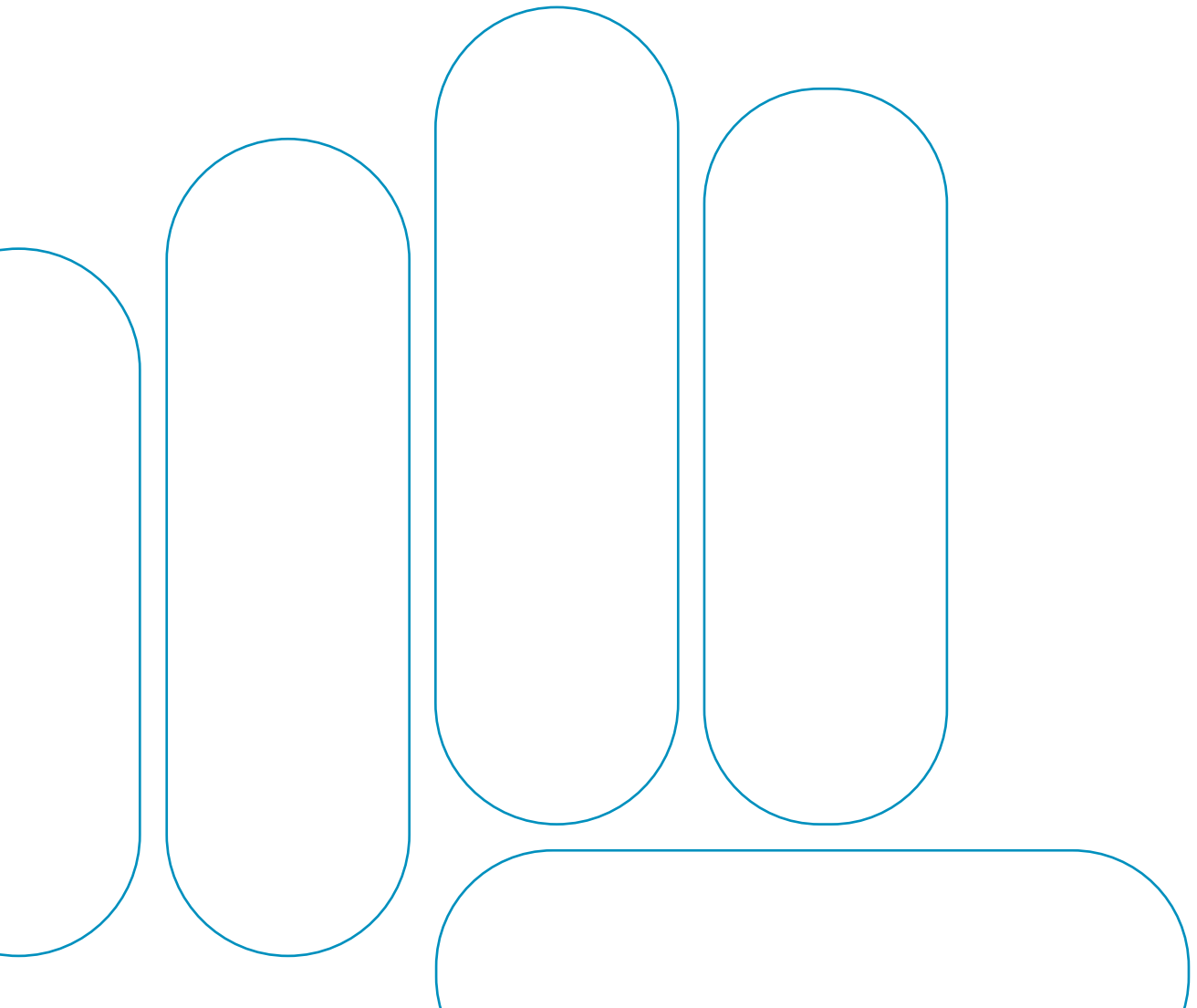
Capítulo 11

Residência Artística como espaço criativo e crítico de maternagens 173

Iara Sales Agra
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Rafaela Kalaffa Sergio e Silva

Considerações Finais 189

Hayeska Costa Barroso
Tatiane dos Santos Duarte
Jaqueline Barbosa Pinto Silva
Diana Valls Gallo



Capítulo 3

Como a pandemia de Covid-19 afetou a vida de mulheres discentes: um estudo realizado na Universidade de Brasília

Larissa Lorranny Magalhães Lima
Hayeska Costa Barroso

1. Introdução

O mundo tomou conhecimento de uma nova doença, até então ainda não identificada em humanos, na cidade chinesa de Wuhan, no final do ano de 2019. Tratava – se, na verdade, de um coronavírus, o SARS-CoV-2, causador da Covid-19. O crescimento do número de pessoas infectadas se deu de forma exponencial. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia causada pelo novo vírus. Naquele momento, as principais medidas para contenção do vírus eram o isolamento e o distanciamento social, que repercutiram direta e imediatamente no mundo do trabalho remunerado e não remunerado, tanto nos setores formais quanto informais, com destaque para os impactos sofridos mais fortemente nesse último, dada a ausência das proteções afiançadas pela previdência social vinculadas à carteira de trabalho assinada.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2019), 41,3% da população ocupada está no trabalho informal. Aplicando um recorte de gênero, o trabalho informal representa 42% do trabalho feminino, enquanto simboliza 20% do masculino. Portanto é notável como os efeitos da pandemia perpassam as desigualdades de gênero, sendo as mulheres particularmente impactadas. Esta conjuntura expressa a separação e a hierarquização do trabalho conforme a divisão sexual do trabalho, que reserva às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens, a produtiva, em que as relações são fundadas na exploração e opressão das mulheres pelos homens (Hirata; Kergoat, 2007).

Durante esse período, o país estava sob o comando de um governo de feições conservadoras, sendo as universidades públicas e o mundo acadêmico-científico dois dos principais alvos de uma política institucionalizada de negacionismo e de combate à ciência. Neste contexto, “Os desafios postos em relevo pela pandemia não são apenas sanitários. São socioeconômicos, políticos, culturais, éticos, científicos, sobremaneira agravados pelas desigualdades estruturais e iniquidades entre países, regiões e populações” (MATTA *et al.*, 2021, p17).

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar as principais transformações nas tarefas de cuidado e trabalho doméstico não remunerado durante a pandemia

na vida das mulheres discentes na Universidade de Brasília. Os objetivos específicos, por sua vez, são: 1) analisar como essas mulheres percebem o impacto da pandemia no seu desempenho acadêmico e profissional; e 2) compreender como a pandemia impactou suas vivências em relação ao mundo do trabalho.

Para tanto, a abordagem utilizada foi a quanti-qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Um dos instrumentos de coleta de dados utilizado foi o questionário online, o qual contava com perguntas abertas e fechadas. O referido instrumento foi divulgado através de mídias sociais entre os meses de agosto e setembro de 2022, durante o semestre de retomada das atividades presenciais na Universidade de Brasília. O questionário foi respondido de forma anônima, sem precisar de qualquer tipo de identificação por parte das respondentes. A última pergunta do questionário se tratava de uma consulta à respondente sobre seu interesse em participar de outra fase da pesquisa: as entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas de forma remota, por meio da Plataforma Teams, sendo preservada às participantes a escolha de ligar a câmera ou não. Antes da realização das entrevistas, foi aplicado um pré-teste com 3 voluntárias com o objetivo de formular o tempo médio de resposta aos questionamentos, bem como identificar inconsistências e/ou fragilidades instrumentais.

Destaca-se, ainda, que, para responder ao questionário, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, para declaração do seu consentimento em participar da pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) tem por objetivo propiciar aos participantes extenso esclarecimento sobre a investigação, seus riscos e benefícios, para que a sua participação seja, de fato, livre e consciente. Ressalta-se que foram elaborados dois TCLE: um para o questionário, e outro para a entrevista.

2. A pandemia e as mulheres discentes na universidade

Os impactos produzidos pela pandemia são diversos, em várias camadas e setores do país. O ensino superior, por exemplo, foi um campo impactado e transformado no período pandêmico. Anterior a essa crise, a educação superior no Brasil já vinha sendo atacada, tendo sido contingenciados 30% do orçamento das universidades federais no que se refere às verbas destinadas para custeio de água, limpeza, bolsas de auxílio a estudante, entre outros. Para Mancebo (2020), a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou uma política que vai para além do neoconservadorismo, aproximando-se do semifascismo. As universidades e o mundo acadêmico-científico foram alvos a serem abatidos neste contexto. Era nesta situação que se encontrava a educação superior brasileira antes da pandemia, a qual inaugurou uma realidade em que a presencialidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão foram, em grande medida, substituídas para a modalidade de ensino remoto (dito, emergencial), inclusive nas instituições privadas. As universidades públicas, ao adotarem o ensino remoto, evidenciaram a desigualdade que há muito se vivencia no país. Para a

efetivação do ensino remoto, é necessário equipamento tecnológico e acesso à internet. Muitos estudantes que não dispunham de tais ferramentas foram prejudicados neste período.

No primeiro semestre de 2020, a Universidade de Brasília decidiu suspender as aulas presenciais em razão do coronavírus. Inicialmente, o semestre continuaria vigente por meio remoto com interrupção apenas das aulas presenciais. Contudo, naquele momento inicial, a universidade não ofereceu subsídio para os estudantes que não tinham acesso à internet ou equipamento necessário para acompanhamento das aulas remotas, além de não oferecer alimentação para os alunos que dependiam da oferta do restaurante universitário para se alimentar, já que este também suspendeu suas atividades presenciais. Em razão destes fatores, o semestre foi suspenso e foi feito um novo calendário acadêmico, o qual foi retomado na modalidade remota no dia 17 de agosto de 2020.

Para que fosse possível o ingresso de todos os alunos na modalidade remota, foi oferecido um auxílio inclusão digital, que contemplou garantia de acesso à internet, oferta de equipamento ou auxílio em pecúnia (ou seja, em dinheiro) para adquirir equipamentos com *notebook*. No total, foram feitas 2.745 inscrições de estudantes interessados. Além disso, a universidade ofereceu aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica o auxílio-alimentação emergencial, por meio do qual quem morava na Casa do Estudante Universitário (CEU) receberia marmitas com as refeições, e quem morava em outra localidade, receberia no formato de pecúnia.

Paralelamente a essas ações, a instituição ofereceu atividades para promoção de saúde e bem-estar durante o isolamento e o distanciamento social, como terapia online comunitária para os discentes, bate-papo literário e atividades de técnicas de relaxamento. Ademais, mais um laboratório de informática foi estruturado na CEU, com o objetivo de dar suporte às aulas remotas. Para os editais emergenciais, o investimento total foi de R$ 2.195.919,00. A resposta da universidade frente às demandas foi possível por meio do uso de recursos já aprovados para utilização no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2020. O cenário pandêmico e as ações executadas pela Universidade de Brasília para enfrentamento dos seus efeitos sobre a vida dos estudantes refletem a importância da assistência estudantil enquanto ferramenta de acesso a direitos.

Dentre os estudantes, a pandemia impactou particularmente a vida das mulheres, comumente mais afetadas pelas crises, sejam elas econômicas, humanitárias ou sanitárias. Sendo estas crises estruturais ou conjunturais, as mulheres costumam ser as que sentem mais rápida e profundamente seus efeitos (Barroso; Gama, 2020). Em 2020, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) constatou que, em crises que provocam perda ou redução de renda, as mulheres estão mais vulneráveis, visto que estas têm taxas de pobreza mais altas e representam maior parte no trabalho informal, além de ter menor acesso aos benefícios previdenciários. Acerca das relações de trabalho no recorte de gênero, Hirata e Kergoat (2007) problematizam que se "constata que a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo" (Hirata; Kergoat, 2007, p. 600).

Consequentemente, as mulheres são mais afetadas pelo desemprego e precarização/flexibilização do trabalho. Em um cenário pandêmico, em que os trabalhadores informais apresentam maior probabilidade de contrair o vírus, as mulheres, sobretudo as mais pobres, possivelmente sofrem maior impacto econômico em decorrência da perda de parte ou da totalidade da renda.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2022, constatou que que a insegurança alimentar no Brasil aumentou significativamente durante a pandemia. Os dados apontaram que, em 2021, 38% da população estava em situação de fome, apresentando um aumentando de 6% comparado aos índices de 2019, antes da pandemia. A respeito das mulheres, 47% das pessoas do gênero feminino estavam sofrendo com a fome no mesmo ano, contra 33% de 2019. Em contrapartida, durante a pandemia, a quantidade de indivíduos do gênero masculino em situação de insegurança alimentar diminuiu um ponto percentual em comparação ao ano anterior. Fica evidente que o impacto da fome durante o período pandêmico foi/é sentido mais fortemente por mulheres.

A relação entre insegurança alimentar e as mulheres também é atravessada pela responsabilização destas por "cuidar do próximo". O documento "Covid-19 na América Latina e no Caribe: como incorporar mulheres e igualdade de gênero na gestão da resposta à crise", sobre as dimensões de gênero na pandemia, publicado pela ONU Mulheres para Américas e Caribe em 2020, ressalta que

> as mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não remunerado. Devido à saturação dos sistemas de saúde e ao fechamento das escolas, as tarefas de cuidado recaem principalmente sobre as mulheres que, em geral, têm a responsabilidade de cuidar de familiares doentes, pessoas idosas e crianças (ONU Mulher, 2020, p. 1).

A respeito dos trabalhos comumente realizados por mulheres, segundo Haraway (2000, p. 69), o 'trabalho feminizado' é uma forma de caracterizar um trabalho vulnerável, "capaz de ser desmontado, remontado, explorado como uma força de trabalho de reserva", que pode ser realizado tanto por mulheres quanto por homens. A questão não é o sexo de quem o realiza, é a marcação do gênero: o feminino ou feminizado como quase sinônimo de desqualificado, precário.

No Brasil atual, a mulher permanecem sendo a figura responsável quando se pensa em cuidados da casa e da família, legitimada por uma sociedade patriarcal em que as desigualdades de gênero, as opressões e a discriminação das mulheres são naturalizadas. Mulheres ingressam no mercado de trabalho e são responsáveis pelo sustento da família, mas a sociedade ainda atribui exclusivamente às mulheres a responsabilidade pelas tarefas de cuidado, o que evidencia o conceito histórico de divisão sexual do trabalho. Apesar de serem essenciais para o funcionamento da economia e dos lares, as tarefas de cuidado permanecem desvalorizadas e não reconhecidas como trabalho, dada a sua não remuneração.

As mulheres constituem o grupo mais afetado pela pandemia, entretanto, essa condição não é inédita, mas expressão de desigualdades sociais e históricas que a crise tornou ainda mais evidentes. Na situação atual, testemunha-se a justaposição entre trabalho doméstico não-remunerado e remunerado, tornando a casa um ambiente ambíguo, que comporta, além da produção acadêmica, o trabalho doméstico e de cuidados das mulheres estudantes universitárias. Desde o começo de seu caminho como estudantes universitárias, as mulheres cientistas são obrigadas a aprender a negociar. A sociedade enxerga com desconfiança o seu trabalho, muitas vezes desmotivando a produção acadêmica por elas desenvolvida. Mulheres sentem-se mais impossibilitadas de encontrar tempo e espaço para pesquisar, estudar e exercer outras atividades.

As conjunturas em que vivem homens e mulheres são construções sobretudo sociais. Para Kergoat (2009, p. 67), "eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo". Essas relações sociais possuem como base social o trabalho e são historicamente moldadas em cada sociedade. A divisão sexual do trabalho destina aos homens, prioritariamente, a esfera produtiva e às mulheres, a esfera reprodutiva, resguardando aos homens atribuições de grande relevância social, como a política e a religião. Sendo assim, é possível compreender que a divisão sexual do trabalho se refere à totalidade do trabalho, que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não remunerado (Hirata e Kergoat, 2007).

Esse modelo de divisão sexual do trabalho é composto por dois fundamentos: o de separação, que divide os trabalhos em "de homens" e "de mulheres", e o da hierarquização, em que o trabalho de um homem tem mais valor que o de uma mulher. Esses princípios são legitimados pela ideologia naturalista que determina o gênero ao sexo biológico, e os papéis sociais ao destino natural da espécie. Por ser uma relação social, a sua construção também é realizada de acordo com a sociedade, portanto a divisão sexual do trabalho não é imutável.

O contexto de reestruturação produtiva, intensificado nos anos 1990, traz profundas transformações no mundo do trabalho, cujos efeitos se fazem sentir de forma desigual no emprego masculino e feminino. Enquanto o emprego masculino regrediu ou estagnou, a participação de mulheres no mercado de trabalho cresceu, tanto em áreas formais quanto informais. Porém, a entrada de mulheres se deu principalmente em empregos precários e vulneráveis. Apesar dessa maior inserção no trabalho remunerado, as desigualdades de salários e condições de trabalho não se modificaram estruturalmente. Além disso, a divisão do trabalho doméstico permaneceu desigual. Hirata (2002) pontua que

> Em oposição a essas tendências recentes no trabalho profissional feminino, as mudanças no trabalho doméstico são menores e muito mais lentas. Se o forte desenvolvimento das tecnologias domésticas tendeu a facilitar essas tarefas, a divisão sexual do trabalho doméstico e a atribuição deste último às mulheres, em realidade, continuou intacta. A relação entre o trabalho doméstico e a afetividade parece estar no centro dessa permanência (Hirata, 2002, p.139).

Portanto, apesar de as mulheres conquistarem o mercado de trabalho, as desigualdades ainda persistem. As expressões dessa desigualdade se manifestam no trabalho remunerado, em que mulheres recebem menores salários em relação aos homens, apresentam condições de trabalho mais precárias e maior flexibilização de funções, bem como no trabalho doméstico não remunerado, em que as mulheres trabalham mais em função da "dupla jornada" entre trabalho formal e trabalho doméstico. Essa configuração de trabalho atravessada pelas desigualdades de gênero também pode ser percebida na ciência.

A constituição da ciência moderna e sua formalização envolveu uma série de normas que afastaram as mulheres, amparadas em teorias biomédicas, a partir das quais se afirmava que as diferenças fisiológicas ou anatômicas entre homens e mulheres limitavam o potencial intelectual dessas últimas. Além disso, os parâmetros que definem a legitimidade da construção de uma ciência – neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade — foram pensados de acordo com a visão de mundo das pessoas que os criaram, ou seja, os homens (Löwy, 2009). Nesse sentido, a crítica feminista à ciência tem se ocupado em problematizar o entendimento de que a produção da ciência considerada legítima se dá a partir dos valores associados ao masculino, dos quais as mulheres são consideradas naturalmente desprovidas.

A divisão sexual do trabalho, já tratada anteriormente neste trabalho, persiste no contexto atual, o que significa dizer que a entrada de mulheres na ciência não as desobriga das suas demandas com os cuidados da casa e dos filhos. Sendo assim, a jornada da mulher-mãe-pesquisadora é excessiva.

Através da análise da distribuição de bolsas de pesquisa pelo CNPq, é possível perceber o aumento da inserção feminina no campo científico brasileiro. Em 2002, as mulheres já eram maioria entre os que receberam bolsa de mestrado e Iniciação Científica (52,9% e 55,1%). Referente a bolsas de doutorado, as mulheres receberam quase metade das bolsas (48,4%). De 2013 a 2017, segundo dados do CNPq, Inep e Parent in Science, as mulheres representaram 55% dos bolsistas do CNPq em iniciação científica, 52% das bolsas de mestrado, 50% das bolsas de doutorado, 53% das bolsas de pós-doutorado e 36% de bolsas de produtividade em pesquisa. Os dados mostram que, apesar de as mulheres serem maioria na concessão de bolsas, a participação feminina diminui conforme elas sobem de posição nos níveis acadêmicos.

Na Universidade de Brasília, as mulheres representam 50,9% dos alunos da graduação, 53,3% de pós-graduação e, entre os técnicos administrativos, 51,2%. A exceção se dá no segmento dos docentes, no qual ocupam 45,2% das vagas efetivas. A pesquisa da UnB, contudo, é liderada por maioria feminina. Do total de 607 grupos de pesquisa certificados de várias áreas do conhecimento, 323 são coordenados por mulheres, conforme levantamento do Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI). Ainda há espaços a serem ocupados, principalmente em funções de direção e gestão. Dados de 2020 do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) mostram que as mulheres estão com 46,9% das funções gratificadas e cargos comissionados disponíveis na universidade.

É possível compreender que a desigualdade de gênero presente no capitalismo, sustentada estruturalmente pelo patriarcado, afeta a vida das mulheres em diversas esferas.

A mulher foi inserida no mercado do trabalho, em universidades e em espaços científicos como sujeito possuidor de conhecimento, contudo, permanece a concepção das tarefas de cuidado e da responsabilidade acerca das crianças como incumbência exclusiva da mulher. É inconteste que a participação feminina na ciência aumentou substancialmente no decorrer dos anos no Brasil, entretanto, as mulheres permanecem ocupando menos espaços de liderança em relação aos homens.

Diante dessa conjuntura, o primeiro aspecto a se observar diz respeito ao perfil socioeconômico das estudantes participantes da pesquisa na fase de aplicação do questionário online. Em relação ao nível de formação e o vínculo com a Universidade de Brasília, 93,5% das participantes da pesquisa são estudantes de graduação. Em relação à raça/etnia, 37,8% se autodeclaram pardas, 2,2% amarelas, 15,6% pretas e 44,4% brancas. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada em 2021 pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), identificou que a população urbana do Distrito Federal era de 3.010.881 pessoas, sendo 52,2% do sexo feminino. No que diz respeito a raça, 46,2% se identificam como pardos, 40,9% como brancos, 11,1% como pretos, 1,4% como amarelas e 0.3% como indígenas. Em outra pesquisa realizada pela mesma instituição, foi identificado que 52,2% dessas mulheres são negras e apenas 12,9% destas possuem nível superior completo. Em resposta à pergunta "Na sua opinião, quais são os principais desafios de ser mulher na academia?", uma das respondentes do questionário pontuou a questão racial:

> Um dos maiores desafios de ser uma mulher na academia, da Universidade de Brasília, é o não pertencimento. Enquanto mulher negra, encontro poucas mulheres semelhantes a mim e tenho dificuldade de me encaixar e me enxergar no que estudo. Não vejo as mulheres negras inseridas nas bibliografias das disciplinas, tampouco no corpo docente (Aluna B).

Na Universidade de Brasília, as mulheres negras representam cerca de apenas (7%) do quadro docente total da universidade. As mulheres negras, enquanto docentes no ensino superior, enfrentam dificuldades estruturais não apenas em virtude do racismo, mas também do sexismo internalizado pela instituição. Euclides (2017, p. 22) aponta que, "Por conseguinte, o ensino superior, não mudará esta lógica. Este espaço, por excelência do saber e formação para o mundo do trabalho, ainda é o lugar onde impera a cultura hegemônica, eurocêntrica e segregacionista".

Referente à maternidade, 86,7% afirmam não ter filhos, e 13,3% afirmam possuírem filhos. Dentre estas, a maioria possui apenas um filho. Acerca da maternidade, a legislação no Brasil que ampara a estudante gestante é a Lei Federal de nº 6 202, de 17 de abril de 1975, que propicia o afastamento na fase de gravidez e regulamenta o regime de exercícios domiciliares já instituído pelo Decreto nº 1.044, de 21 de outubro de 1969. A lei dispõe que, a partir do oitavo mês de gestação, e durante três meses após o parto, prazo que também pode ser estendido com atestado médico, a estudante em estado de gravidez e puerpério poderá ser assistida pelo regime de exercícios domiciliares, podendo assistir aulas, realizar

avaliações e cumprir com qualquer atividade acadêmica em sua própria casa, com a tutoria de um profissional da sua instituição de ensino (Brasil, 1975). Apesar da existência de uma legislação específica, muitas Instituições de Ensino Superior (IES) no país ainda não a cumprem. A correlação entre a evasão de discentes no ensino superior e a maternidade é atravessada por problemáticas que dificultam a permanência dessas mulheres neste espaço, como a falta de uma assistência institucional para este grupo.

> Como mãe, percebo a falta de apoio às mulheres mães na UnB. O acesso ao auxílio creche é extremamente difícil, aliás percebo essa dificuldade para entrada em qualquer benefício ofertado da assistência. O valor do auxílio é muito baixo, porque aqui em Brasília é tudo muito caro, as mensalidades das creches são muito maiores do que o auxílio, sabe? E assim, quando a gente não tem opção e leva pra UnB a criança, dá pra perceber que os professores não gostam. É muito difícil continuar frequentando as aulas depois da maternidade, a impressão é que a instituição não quer e não pode lidar com crianças (Aluna A).

No contexto pandêmico, as dificuldades e os desafios sobrepostos às mães universitárias foram ampliados. Em 2020, foi publicado um *ebook* intitulado "Maternidades plurais: Os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia", organizado pelas cientistas Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Camilla de Almeida Santos Cidade e Vanessa Clemente Cardoso. O livro é composto por relatos de 150 mães cientistas que descrevem suas experiências e impressões a respeito dos desafios de conciliar as atividades científicas e a maternidade durante a pandemia.

Na obra, a doutoranda Aline Rafaela de Almeida relata:

> Mas com trabalho remoto, criança de quatro anos de idade fechada em apartamento, parquinho e parques fechados, impossibilidade de poder ficar com a avó, grupo de risco; restou eu (a mãe), no último ano do doutorado, com orientador em reabilitação após cirurgia, para dar conta da pós-graduação, do trabalho remoto, que sufoca muito mais do que o presencial, porque a demanda nem é mais por horário de trabalho, mas por trabalho que precisa ser realizado independente do que está posto, do trabalho doméstico, da compra de mercado que precisa render mais de semana para não ficar saindo de casa toda hora, da organização da rotina da criança, da atenção a vó que está longe e do marido (Almeida, 2017, p. 75).

No pequeno trecho explanado, é possível perceber a sobrecarga experenciada por uma mãe estudante durante a pandemia. As responsabilidades atribuídas às mulheres, como o trabalho doméstico e o cuidado com a criança, somadas às novas dinâmicas de trabalho e vida social resultantes da pandemia, tem como consequência o esgotamento e o cansaço de mulheres universitárias e cientistas.

Outros dados relativos ao perfil das respondentes revelaram que a maioria possui entre 16 e 21 anos (35,6%) e entre 22 e 27 anos (55,6%); 51,1% não estão em um

relacionamento conjugal, e 48,9% afirmam estar, dentre as quais 58,3% não moram com o/a companheiro/a, e 41,7% afirmam morar.

58,7% das mulheres afirmaram estar realizando trabalho remunerado naquele momento. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, referente ao primeiro trimestre de 2022, apontou que as mulheres são maioria na população em idade de trabalhar, representando 51,7%. Entretanto, entre as pessoas ocupadas, estas representam 42,4%. Apesar de as mulheres estarem ocupando cada vez mais o mercado de trabalho, o desemprego feminino é uma problemática para além da "falta de trabalho". O trabalho frequentemente realizado e associado às mulheres, muitas vezes, é mal remunerado, o que demonstra que, mesmo no mundo do trabalho formal e remunerado, os efeitos da divisão sexual do trabalho se fazem presentes (Rogerat; Zylberberg-Hocquard, 2009). Em relação à natureza do seu vínculo empregatício, 51,9% informaram possuir vínculo de trabalho formal, 25,9% vínculo de trabalho informal, 14,8% estavam realizando estágio remunerado.

A respeito da descrição das atividades laborais desde o início da pandemia, 15,9% afirmaram que permaneceram trabalhando presencialmente desde o começo da pandemia até os dias atuais, ao passo que 18,2% informaram que tiveram a opção de trabalhar em *home office* no início da pandemia, mas já retornaram o trabalho presencial, e 9,1% tiveram a opção de trabalhar *home office* no início da pandemia e permaneceram após até os dias atuais. 29,5% apontaram que não exerceram atividade remunerada desde o início da pandemia até os dias atuais, 18,2% exerceram atividade remunerada no início da pandemia, mas atualmente não estavam desempenhando atividade remunerada, e 9,2% não exerciam atividade remunerada no início da pandemia, mas atualmente sim.

As respostas expõem as diversas realidades de trabalho remunerado durante a pandemia. As consequências da pandemia no mundo do trabalho foram diversas, e uma delas foi a adesão ao trabalho remoto, conhecido como *home office*. Essa estratégia foi adotada por 46% das empresas brasileiras (Agência Brasil, 2020). As mulheres são as mais prejudicadas no que se refere aos efeitos produzidos pela adesão ao *home office*, sendo um deles o conflito trabalho-família, visto que, historicamente, é atribuída às mulheres a maior responsabilidade com a casa e os filhos.

Quando questionadas sobre como foi a rotina de trabalho durante este período, a entrevistada A afirmou que foi

> Complicada. Em casa a gente tem muita distração, e eu nunca tinha trabalhado assim, em *home office*. Demorou muito tempo pra eu conseguir me organizar, mas ainda sim foi muito difícil trabalhar "tendo" criança em casa. Sem contar que o trabalho dobrou, e como estava em casa o serviço nunca tinha hora pra acabar. A madrugada era minha melhor amiga, era a hora que conseguia focar sem distração (Aluna A).

Nesse sentido, é possível compreender que as formas de opressões de gênero são diversas, inclusive no mundo do trabalho remunerado. A divisão sexual do trabalho legitima a

atribuição dos trabalhos de cuidado à mulher, o que contribui para a sobrecarga das mulheres ao lidar com o conflito trabalho-família. Ademais, a diferença salarial também é validada neste contexto, em virtude de o salário da mulher ser visto como complementar ao do homem. Ao serem questionadas se durante a pandemia foram realizadas tarefas de cuidado de alguém dentro de casa, 54,3% revelaram que sim, e 45,7% que não. Na pandemia de Covid-19, as ações de manutenção da vida (lavar, passar, cuidado com crianças e idosos) foram ampliadas, intensificadas pelo isolamento social, pela permanência dos membros da família em casa e pelas novas funções de cuidado e limpeza impostas por ela, como a higienização constante dos ambientes, alimentos e pessoas.

A maioria respondeu "sim" (87%) quando questionadas sobre o fato de ter seu desempenho acadêmico afetado pela realização de mais trabalhos domésticos e de cuidado durante a pandemia. Fica evidente que a divisão sexual do trabalho permanece atribuindo às mulheres a maior parte do trabalho doméstico e de cuidado, e que, na pandemia, a desigualdade na realização desses foi ainda mais evidente.

60,9% das participantes da pesquisa informaram que dedicaram menos tempo na realização das atividades acadêmicas durante a pandemia, em contrapartida aos 26,3% que afirmaram ter dedicado mais tempo, e 10,9% dedicaram o mesmo o tempo. 76,1% responderam que o trabalho doméstico desempenhado em casa durante a pandemia influenciou seu desempenho acadêmico. Depreende-se, portanto, que, ao passar mais tempo desempenhando tarefas domésticas, o tempo para realização de atividades acadêmicas diminui, como é possível constatar na fala a seguir:

> Com certeza, inclusive [...] várias situações, né? Assistir aula *online* fazendo alguma atividade doméstica foi o que mais ocorreu. Estar sempre adiantando uma atividade doméstica enquanto assistia aula. O desempenho não tem como ser igual, porque você está com o computador ligado, mas sua atenção não está 100% voltada pra aquele local, você está sempre fazendo alguma outra coisa (Aluna B).

Sobre a dificuldade de desempenhar atividades acadêmicas em casa, 84,8% responderam que possuíam dificuldade e 15,2% que não possuíam. 93,5% responderam "sim" para o fato de se sentirem mais cansadas e sobrecarregadas durante a pandemia e a realização da modalidade remota. Na pequena amostra de estudantes da UnB participantes da pesquisa, é possível visualizar como opera a relação entre o trabalho doméstico desempenhado na pandemia e o desempenho das estudantes nas atividades acadêmicas. É possível identificar que o espaço "casa", para muitas, representa um local de trabalho constante, em que não existe tempo privado para dedicação aos estudos, e que a maioria se sentiu sobrecarregada e cansada durante a pandemia e o tempo passado neste ambiente. Dentre essas estudantes, nas entrevistas realizadas, observa-se que existe maior dificuldade e sobrecarga quando são mães, visto que a dedicação a um filho requer maior dispêndio de tempo e cuidado.

Quando questionadas se consideravam que o ensino remoto havia afetado seu desempenho acadêmico, 95,7% afirmaram que sim. Uma das participantes fez questão, inclusive, de destacar que "não afetou apenas o desempenho, mas afetou a minha saúde, tive *burnout*". Os resultados da pesquisa realizada evidenciam o impacto da pandemia no desempenho acadêmico das mulheres discentes na Universidade de Brasília. O contexto pandêmico evidenciou e potencializou desigualdades de gênero estruturais de uma sociedade patriarcal, bem como jogou luz sobre o fato de que a divisão sexual do trabalho sobrecarrega e, ao mesmo tempo, exclui as mulheres.

3. Considerações finais

O presente trabalho teve como finalidade analisar de que forma a vida das estudantes da UnB foram impactadas em decorrência da pandemia. Nesse sentido, efetuar essa análise foi fundamental para compreender como o Estado e a UnB se situaram neste contexto, haja vista que atuam na garantia de direitos, principalmente em um cenário pandêmico. As políticas públicas de assistência foram insuficientes, e em sua maioria não consideraram as particularidades imbricadas em ser uma mulher estudante. Destaca-se, ainda, que esse processo tem sua gênese no patriarcado, engendrado na manutenção de um sistema capitalista, que exerce influência nas relações sociais, além de influenciar nas relações trabalhistas.

Assim, é compreendido que apesar de todas as conquistas da luta feminista em relação à divisão sexual do trabalho, reconhecimento da economia do cuidado, e inserção das mulheres na ciência, ainda há muito a ser conquistado e reconfigurado. Kergoat (2009) aponta para a divisão social do trabalho, considerando a totalidade do social e suas transformações. No Brasil, o que se percebe é que, na pandemia, as relações de sexo e sociais foram evidenciadas em sua estrutura desigual, em que a mulher foi a maior prejudicada nessa crise sanitária, social e política.

4. Referências

AGÊNCIA BRASIL. OIT alerta para impactos da pandemia no mercado de trabalho. Brasília: Agência Brasil, 1 jul. 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-07/oit-alerta-para-impactos-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho. Acesso em: 20 set. 2025.

ALMEIDA, Aline Rafaela de. Presença de Ana. In: SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; CIDADE, Camila de Almeida Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente (Orgs). *Maternidades Plurais*: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia. Belford Roxo: Bindi, 2020. (p.74-78).

BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. Os impactos da pandemia de COVID-19 na vida das mulheres docentes do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. *Revista Gênero*. V. 23, n. 1, 2022, p. 78-97.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Boletim Informativo PNAD Contínua*, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421. Acesso em: 12 abr. 2025

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *Boletim Informativo PDAD*, 2021. Disponível em: https://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2021-3/. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares: instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969.

CASTELLO, G.; VIEIRA, P.; PICANÇO, M. Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade. *Nota Técnica Nº 07*. Rede de Pesquisa Solidária. Disponível em: https://redepesquisasolidaria.org/boletins/. Acesso em: 13 set. 2022.

EUCLIDES, M. S. *Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias*: desafios e conquistas. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Insegurança Alimentar no Brasil*: Pandemia, Tendências e Comparações Globais. Disponível em: https://cps.fgv.br/FomeNaPandemia.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: Silva, Tomaz Tadeu da (Org.). *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 37-129.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cad. Pagu*. n. 17-18, Campinas, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67–75.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos "situados". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 15, p. 15-38, 2000.

MANCEBO, D. Pandemia e educação superior no Brasil. *Revista Eletrônica de Educação*, [*s. l.*], v. 14, p. e4566131, 2020. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4566. Acesso em: 2 out. 2022.

MATTA, G.C. *et al*. *Os impactos sociais da COVID-19 no Brasil*: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19, Editora Fiocruz, 2021.

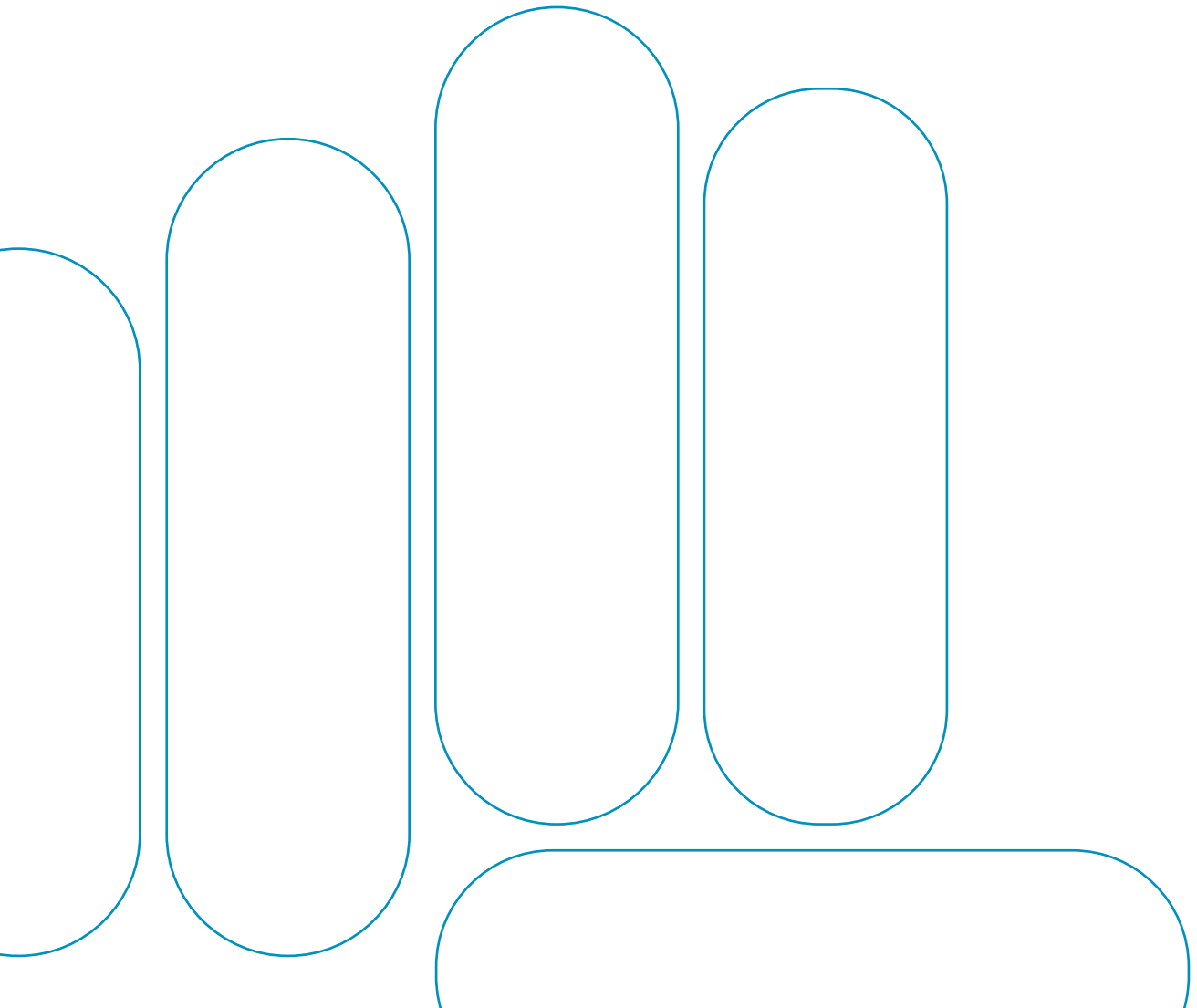
OECD. *Women at the core of the fight against COVID-19 crisis*. 2020. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=127_127000-awfnqj80me&title=Women-at – the—core-of-the-fight-against-COVID-19-crisis. Acesso em: 30 set. 2022.

ONU MULHERES. *Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe*: dimensões de gênero na resposta. 2020.

ROGERAT, Chantal; ZYLBERBERG-HOCQUARD, Marie-Hélène. Sindicatos. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 236–241.

SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru-SP: EDUSC, 2001.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; CIDADE, Camilla de Almeida Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente. *Maternidades plurais*: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia. Belford Roxo: Bindi Acadêmico, 2020.



A Editora UnB é filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

MATERNIDADE, PARENTALIDADE, FAMÍLIA E TEMAS TRANSVERSAIS

O livro “Maternidade, Parentalidade, Família e Temas Transversais”, organizado por Hayeska Costa Barroso, Tatiane dos Santos Duarte, Jaqueline Barbosa Pinto Silva e Diana Loureiro Valls, vem a público num contexto em que a maternidade e a parentalidade estão numa ascendente como pauta política e acadêmica no âmbito do ensino superior no Brasil.

Não que se trate de um assunto recente, mas é inegável como o cenário pandêmico jogou luz na direção de uma realidade antes francamente negligenciada ou relegada para segundo plano em se tratando do campo científico no país. São inúmeros os coletivos, grupos e núcleos maternos e parentais auto-organizados por estudantes, docentes e servidoras técnico-administrativas espalhados nas mais diversas universidades, reivindicando o que nunca deveria ter sido negado: lugar de mãe é na universidade! Estão reunidos nessa coletânea textos com reflexões teórico-críticas, relatos de experiência e resultados de estudos enovelados por um elemento em comum: todos possuem em sua autoria as marcas da comunidade acadêmica da Universidade de Brasília, reafirmando, assim, a sua importância e relevância como campo fértil da/na produção de um conhecimento social e politicamente referenciado na cena contemporânea.

EDITORA UnB

EXTENSÃO INSURGENTE